



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

ORÇAMENTO DO ESTADO 2018. APROFUNDAR O CAMINHO DA CONFIANÇA.

A proposta de Orçamento do Estado para 2018 (OE) assenta numa lógica de continuidade dos anteriores exercícios orçamentais do Governo, aliando as necessidades de consolidação orçamental a uma estratégia de reforço dos rendimentos dos portugueses, sobretudo os que vivem do seu trabalho, de crescimento económico e do emprego e de melhoria da protecção social.

É um orçamento em que esta visão surge mais clara que no passado, na medida em que o caminho de mera devolução dos cortes operados durante a crise dá agora lugar a uma efectiva melhoria dos salários e pensões e dos níveis de investimento público.

A UGT afirmou, desde a primeira hora, que, não sendo o orçamento que desejávamos, conforme se pode constatar pelo confronto com as propostas apresentadas na nossa política reivindicativa 2017-2018, aprovada no nosso Secretariado Nacional de 13 de Setembro de 2017, não pode ser ignorado que este é um Orçamento que abre um horizonte de confiança e esperança para os portugueses e para o País, mas que enferma de injustiças que não podem deixar de ser corrigidas.

Conforme sempre defendemos, a imposição de uma política de austeridade não se revelou condição necessária, antes pelo contrário, para o relançamento económico e a melhoria do bem-estar das populações, tendo Portugal hoje uma situação económica e financeira melhor que no passado, e até melhor do que o esperado no final de 2016, e uma maior margem de soberania, dada a saída do procedimento por défice excessivo e a melhoria do *rating* do País.

Sendo este novo contexto um resultado claro de uma mudança de políticas, que apenas pecou por tardia, seria porém de esperar que o Orçamento do Estado para 2018 fosse mais ambicioso, intensificando a estratégia que vem sendo seguida, garantindo uma mais forte sustentabilidade do crescimento económico por via de níveis mais elevados de investimento público, de uma generalizada melhoria de rendimento, num quadro de reforço da coesão social, económica e territorial.

Para a UGT importaria, nomeadamente, equacionar melhorias em domínios como a fiscalidade, a Administração Pública ou a protecção social, em que o Orçamento do Estado regista avanços importantes, mas aquém do que seria desejável e necessário.

Na área fiscal, a carga fiscal mantém-se claramente acima dos níveis anteriores à crise e acima da média das economias que integram a OCDE, defendemos uma fiscalidade mais justa e a assunção da prioridade no alívio da carga fiscal sobre todos os trabalhadores e pensionistas.

Neste quadro, e registando como positivos o aumento do número de escalões, com um consequente alívio fiscal para um conjunto alargado de famílias, a adopção de algumas deduções fiscais em áreas novas (embora mais simbólicas do que efectivas) e ainda a eliminação definitiva da sobretaxa de IRS, a UGT entende que seria importante que se tivesse ido mais longe.

Desde logo, o alívio fiscal deveria ser assegurado, ainda que de forma diferenciada, a todos os escalões de rendimentos, preocupando-nos, nomeadamente, a reconfiguração da tributação para os salários dos escalões superiores e o impacto no rendimento disponível das famílias, que certamente condicionarão as opções de consumo e poupança.

Entendemos que este OE seria o momento adequado para dar a todos os trabalhadores portugueses um sinal de correcção de uma situação que continua muito injusta, não apenas porque não foram ainda totalmente revertidos os enormes sacrifícios exigidos, como não foram actualizados os escalões de IRS ou corrigido o peso excessivo deste imposto na carga fiscal global.

Note-se que a UGT há muito vem defendendo a necessidade de uma profunda discussão e a adopção de compromissos sobre o edifício fiscal actual como um todo, o qual, fruto de intervenções avulsas e casuísticas ao longo dos anos em cada um dos impostos, não só se tornou profundamente complexo e pouco transparente, como não tem acautelado devidamente princípios como o da progressividade e da equidade fiscais.

Por outro lado, será importante não esquecer a atenção (cada vez mais premente e urgente) que merecem alguns problemas do nosso País. Este Orçamento não pode deixar de lado o aprofundamento de mecanismos e medidas que potenciem o desenvolvimento mais equilibrado do território português, atendendo às fragilidades das regiões do interior do País, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, e relativamente aos quais são essenciais medidas de discriminação positiva para empresas e singulares (mediante intervenção transversal em todos os impostos, incluindo IRS e IRC) que incentivem verdadeiramente a atratividade, mobilidade e fixação de pessoas (sobretudo as mais jovens) de empresas e de investimentos geradores de emprego.

Em matéria de protecção social, a UGT saúda a aposta na actualização extraordinária de pensões, no aumento do valor mínimo de subsistência e no reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) por consignação de receitas do IRC, mas estamos ainda longe de um OE que promova uma melhoria dos níveis de protecção social de todos os trabalhadores.

A UGT considera especialmente importante assegurar uma adequada protecção no desemprego, tendo nomeadamente presente o ainda muito elevado peso do desemprego de longa e de muito longa duração (desempregados que em muitos dos casos perderam o acesso a apoios financeiros), pelo que as medidas inscritas no OE, como a majoração para casais desempregados ou o prolongamento de regime transitório para desempregados de longa duração, sendo positivas, são insuficientes.

Mais, devemos salientar que o orçamento para a segurança social não acomoda, desde já, dotações adequadas para medidas que deverão passar por uma discussão em concertação social, como a revisão do regime de reformas antecipadas ou ainda a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, que está longe de se esgotar no FEFSS.

Afigura-se-nos igualmente importante, e até urgente, a discussão – em sede de concertação social - sobre a diferenciação das contribuições para a segurança social (TSU) em função da modalidade do contrato de trabalho, o que deverá constituir-se como um incentivo a uma contratação mais permanente e menos precária, ou ainda a integração na segurança social de novos grupos de trabalhadores.

Uma área central para qualquer OE e em que se registam progressos significativos é a da Administração Pública.

Em resultado de um intenso esforço e empenho de negociação das nossas estruturas sindicais da Administração Pública, a proposta de OE 2018 entregue na Assembleia da República é francamente mais favorável para os trabalhadores do que a versão preliminar avançada pelo Governo.

Estas melhorias registam-se em matérias como o pagamento do trabalho suplementar (cuja reposição integral é assegurada já em Janeiro de 2018) e no mais rápido descongelamento das promoções e das progressões de algumas carreiras, ainda que pago de forma faseada e sem assegurar limites mínimos de valorização salarial, mas também – ainda que fora do âmbito do OE – pelo compromisso assumido de revisão da tabela remuneratória única, hoje extremamente distorcida em virtude das sucessivas actualizações do salário mínimo.

Estes são passos importantes para uma dignificação da Administração Pública e dos seus trabalhadores, profunda e especialmente afectados nos anos de austeridade, no sentido de se reiniciar um processo que conduza a uma situação de normalidade nas relações de trabalho e no diálogo social.

Entre as matérias que carecem de uma revisão cuidada, inclui-se a situação específica dos educadores e professores, cujo processo de descongelamento de carreiras não prevê ainda a consideração de todo o tempo de serviço congelado, o que não pode deixar de ser corrigido. Se assim não for, tal atitude de insensibilidade social merecerá a incontornável contestação destes profissionais, que contará com o apoio da Central.

Não aceitamos que o Governo, na pessoa do Ministro da Educação, tenha recusado reunir com os nossos sindicatos para discutir as matérias de carreiras e progressões e, em particular as regras do seu descongelamento.

Não esquecemos igualmente a necessidade de operar alterações às propostas constantes do OE relativamente ao descongelamento de carreiras, nomeadamente a contagem integral do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão, em todas as carreiras, cargos e ou categorias nos casos em que estas apenas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito.

Estamos ainda longe do que sempre defendemos, sendo fundamental que, no futuro próximo, seja desenhada – em diálogo com os sindicatos – uma estratégia sustentada de aumentos salariais, de reforço da formação profissional e valorização dos recursos humanos e de criação de condições para um funcionamento eficiente dos serviços públicos em geral, sendo especialmente relevantes áreas como a educação, saúde e justiça.

Em suma, o OE 2018 é, também este ano, um orçamento que, não sendo o nosso orçamento e carecendo ainda de alterações em áreas de manifesta injustiça, se nos afigura, numa apreciação global, credível e consistente com o que vêm sendo as opções de política do Governo no sentido da promoção de um progresso económico e social sustentado.

Estamos, como no passado, conscientes de que o risco não está ausente deste exercício orçamental.

Temos ainda fortes desafios pela frente, nomeadamente a elevada dívida pública e até o quadro de menor crescimento que se prevê para 2018, mas os resultados económicos que vêm sendo alcançados são manifestamente positivos e levam-nos a crer que não apenas se está no rumo certo como se poderia ser mais ambicioso no aprofundamento de políticas que conciliem de forma mais efectiva as necessidades de rigor orçamental com mais rendimentos, mais emprego e melhor protecção social para as famílias portuguesas.

Nesse contexto, e porque entendemos que o OE é ainda passível de aperfeiçoamentos, a UGT espera que, em sede parlamentar, seja ainda possível garantir melhorias em diversas matérias, pelo que não deixaremos de reafirmar e apresentar ao Executivo e aos grupos parlamentares as nossas principais preocupações, propostas e reivindicações, nomeadamente as constantes da nossa Política Reivindicativa 2017-2018.

Devemos ainda lembrar que será importante não esquecer que muitas das medidas previstas neste Orçamento conhecerão sempre uma melhor concretização e execução, assim as mesmas se verifiquem num clima de diálogo e paz sociais, quer em sede de negociação com os sindicatos sectoriais quer em sede de concertação tripartida.

INCÊNDIOS 2017. NADA PODE FICAR COMO ANTES!

A vaga de incêndios que assolou o País nos dias 15 e 16 de Outubro, causando 45 mortos, a perda de muitos postos de trabalho e incomensuráveis prejuízos materiais, veio apenas enfatizar – de forma dramática – os problemas que os incêndios de Junho tinham já revelado, causando consternação e indignação por todo o País.

Independentemente das consequências políticas, importa agora sobretudo reagir com medidas que respondam não apenas aos problemas imediatos das populações atingidas, mas igualmente às fragilidades estruturais que há muito se vêm acumulando quer na área da política florestal e de ordenamento do território quer, de forma mais transversal, na política de coesão social e territorial, que vem deixando o interior – e sobretudo os territórios de baixa densidade – cada vez mais isolado.

Num momento em que as pessoas são confrontadas com a incapacidade de resposta em situações de calamidade e com os atrasos em fazer chegar ao terreno os apoios há muito anunciados, é necessário restaurar a sua confiança nas instituições.

A UGT deve saudar não apenas o repto lançado pelo Presidente da República mas a rápida adopção pelo Governo, em Conselho de Ministros Extraordinário do passado dia 21 de Outubro, de um conjunto de medidas em 3 áreas essenciais (Reparação e reconstrução; Resiliência do território e das infraestruturas; Reforma do modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais).

São medidas importantes, diríamos mesmo fundamentais, que há muito defendemos e que apenas pecam por tardias, na medida em que há muito deveriam ter sido assumidas e não aparecerem como mera reacção após verdadeiras catástrofes sem par na nossa história democrática.

São, em alguns casos, soluções e medidas profundas de alteração de política que exigirão um amplo consenso político e social, e face às quais os actores políticos e sociais, de que a UGT não se exclui, devem assumir as suas responsabilidades no quadro de um verdadeiro pacto de regime que garanta efeitos perenes e estáveis para Portugal e para os portugueses.

Um consenso que não se poderá esgotar na resposta urgente e imediata à crise, na política de floresta e na prevenção e combate a incêndios mas que deverá antes ir bem mais longe.

Um consenso relativamente a uma verdadeira política de valorização do interior, que passe pelo combate à desertificação e ao isolamento, pela resposta às alterações climáticas, pelo reforço dos serviços – sobretudo serviços públicos essenciais -, pelo fomento de condições de atracção de investimento, de criação de postos de trabalho e de fixação das populações e que garanta um país mais coeso e menos desigual.

Um consenso que exige igualmente soluções a questões estruturais como a organização política e a repartição de competências entre os vários níveis decisórios, os necessários graus de flexibilidade entre políticas nacionais e regionais/locais ou a adequada ligação entre prioridades nacionais (a valorização do interior conta-se entre os pilares do Programa Nacional de Reformas) e a afectação de fundos nacionais e europeus a essas prioridades.

A construção dos entendimentos necessários não deverá nunca esquecer que os mesmos, e a consequente implementação de políticas, têm um tempo útil para o País e para as pessoas, devendo ser assumida como urgente, sobretudo quando estiver em causa – como está – a resposta aos dramas vividos pelos cidadãos, empresas e instituições directamente afectadas pelos incêndios de Junho e Outubro.

A UGT esteve, desde primeira hora, comprometida com a apresentação de propostas para os problemas identificados, tendo nomeadamente suscitado esta questão em sede de concertação social logo no mês de Junho, e com o esforço de apoio directo às regiões, mediante uma recolha de fundos para a qual muitos sindicatos, sindicalistas e particulares deram o seu contributo.

No imediato, e mobilizando a capacidade das nossas Uniões regionais, não deixaremos de colaborar agora com o esforço de identificação das consequências dos incêndios – destruição de postos de trabalho, de actividade económica, de habitações e infraestruturas sociais -, com a elaboração de um relatório que apresentaremos ao Presidente da República, ao Governo e ao Parlamento, e que queremos que seja mais um instrumento que acelere a chegada de respostas concretas às populações.

Mais uma vez, procuraremos estar na linha da frente da defesa de soluções de fundo para Portugal e da exigência de que as mesmas se façam sentir em todo o País, de forma a que tragédias como as deste Verão não se tornem a repetir.

Nas palavras do Primeiro-Ministro, que a UGT subscreve e apoia:

“NADA PODE FICAR COMO ANTES”

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 27 de Outubro de 2017